

ANTICONCEPÇÃO: A VISÃO DO PROFESSOR*

SEMIRA ADLER VAINSENER
da FUNDAJ (PE)

RESUMO

O levantamento de opiniões e conhecimento de professores acerca da anticoncepção, feito entre docentes da 5.ª à 8.ª séries do 1.º Grau da rede pública no Recife, revela alto grau de desconhecimento sobre métodos anticoncepcionais, assim como um descompasso, por parte de professores católicos, entre sua fé e os preceitos da Igreja, tradicional opositora da maioria das práticas anticoncepcionais.

SUMMARY

A survey about contraception among 2nd Cycle teachers of public schools in Recife (PE), shows a sharp unacquaintance with contraceptive methods; also, catholic teachers show contradictions between their faith and the Church's principles and regulations, traditionally opposing the use of most contraceptive practices.

* Este artigo faz parte da pesquisa intitulada "Educação Sexual: E o Professor?", realizada na Fundação Joaquim Nabuco — FUNDAJ, em Recife, de junho de 1986 a agosto de 1987, com o apoio do CNPq.

No Brasil, cerca de 700 mil mulheres com menos de 19 anos já eram mães, de acordo com o Censo Demográfico de 1980, representando um aumento de 63% em relação a 1970: as mães solteiras, na zona urbana, mais que triplicaram naquela década (Fundação Carlos Chagas e UNICEF, 1986, p. 7). Isto representa um ingresso de pessoas muito jovens na vida procriativa com precários ou sem conhecimentos sobre a anticoncepção.

Em contrapartida, a sociedade brasileira e, em particular a pernambucana — segundo estudo recente da Fundação Joaquim Nabuco — passa atualmente por uma fase marcante em sua evolução histórico-demográfica, com transição de níveis altos para níveis baixos de fecundidade. Estima-se que o índice de fecundidade total do estado de Pernambuco tenha caído 24,5% entre as duas últimas décadas, baixando de 7,1 filhos por mulher, para 5,4 filhos por mulher, em 1980 (Moura e Santos, 1986).

Isto leva a admitir a necessidade do incentivo ao ensino de Educação Sexual, como meio de permitir à mulher e à sociedade a adoção de práticas adequadas e saudáveis, no que se refere à sexualidade e à reprodução.

Entretanto, a área de Educação Sexual, nos estabelecimentos de ensino, (nos casos em que se cogita ministrá-la) é considerada ainda por muitos como um tabu ou como um mero mecanismo de prevenção da gravidez e da proliferação das doenças venéreas.

Com a finalidade de analisar o grau de conhecimento e a qualidade da transmissão de informações do ensino de Educação Sexual nas escolas públicas de Pernambuco, no que tange especificamente à concepção e/ou anticoncepção, apresentam-se neste artigo elementos extraídos de uma pesquisa mais ampla, realizada com o objetivo de fornecer subsídios à Secretaria de Educação do Estado, no que diz respeito à criação de um Programa de Educação Sexual para as escolas da rede oficial de ensino, assim como de melhor capacitar os docentes que, direta ou indiretamente, lidam com esse tema específico em sala de aula.

A metodologia utilizada baseou-se na análise de informações coletadas junto a uma amostra de 182 professores da rede estadual de Pernambuco, da 5.^a à 8.^a série do 1.^o Grau (lecionando na capital), dos quais 104 lecionavam Ciências e 78 Ensino Religioso.¹ A maioria desses professores era do sexo feminino (Tabela 1).

A escolha de docentes dessas duas disciplinas deveu-se ao fato de serem eles os que abordam, ou deveriam abordar, com os seus alunos, assuntos relativos ao sexo.

O cálculo da amostra foi efetuado de maneira proporcional ao total de professores das duas disciplinas existentes em cada Departamento Regional de Educação do Recife (DERE/Norte e DERE/Sul). Para o DERE/Norte, com um total de 362 professores, o percentual ficou em torno de 54% (180 participantes) e, para o DERE/Sul, cujo total era de 304, o percentual ficou em torno de 46% (150 participantes). Levando em consideração as listagens de es-

TABELA 1

Distribuição da amostra de professores por disciplina lecionada e sexo

DISCIPLINA	HOMENS		MULHERES		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%
Ciências	20	19 (69)*	84	81 (55)	104	100 (57)
Ensino Religioso	9	11 (31)	69	89 (45)	78	100 (43)
TOTAL	29	16 (100)	153	84 (100)	182	100 (100)

* Os percentuais entre parênteses referem-se ao total da coluna.

colas em cada DERE, estas foram numeradas por ordem alfabética. A amostra final resultou de um sorteio no qual se foi adicionando o número de professores das duas disciplinas, por escola, até atingir o total estipulado para cada DERE, de acordo com as cifras acima mencionadas.

Todavia, a despeito da convocação de 330 professores, apenas 110 compareceram. Em virtude deste modesto comparecimento, que correspondia a um terço da amostra prevista, convocou-se então o universo dos docentes (ambos os DERE's) de Ciências e Ensino Religioso, que lecionavam da 5.^a à 8.^a série do 1.^o Grau nas escolas públicas da cidade do Recife. Desta vez, somente 72 professores compareceram para participar da pesquisa de campo.

Diante dessa situação concreta, e considerando significativo o número de questionários preenchidos (27% do universo), optou-se por trabalhar com a amostra já apresentada.

BREVE HISTÓRICO DA ANTICONCEPÇÃO

Desde os tempos mais antigos, existe a preocupação com o problema da anticoncepção. O papiro de Petri (1850 a.C.) é a primeira prescrição médica, de que se tem conhecimento, que se refere ao uso dos anticoncepcionais. "Com efeito, nesse famoso documento egípcio, ao lado de receitas ginecológicas diversas, estão as seguintes recomendações para se evitar gravidez: aplicação vaginal de uma mistura de mel e carbonato de sódio nativo ou de uma pasta preparada com fezes de crocodilo ou com gomas de árvores. Sabe-se hoje que essas substâncias exercem, em verdade, certo efeito contraceptivo, pois

¹ De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases, 5692/71, no parágrafo único do Art. 7.^o, "o ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais dos estabelecimentos oficiais de 1.^o e 2.^o Graus." Este texto se repete na Constituição Nacional vigente, no parágrafo 1 do Art. 210.

modificam o pH vaginal, tornando esse meio inóspito para o espermatozóide, além de, através da ação mecânica, dificultar a progressão do gameta masculino. Os antigos hebreus conheciam várias técnicas anticoncepcionais: coito interrompido (episódio bíblico de Onam), uso intravaginal de substâncias esponjosas, remoção de esperma, movimentação violenta após a cópula etc. A embriotomia, isto é, a extração fetal por retalhamento e aos pedaços, era praticada quando supunham que o trabalho de parto seria por demais complicado" (Anticoncepção, 1977).

Na Idade Média, o preservativo masculino — condom ou camisa-de-vênus — foi introduzido pelo anatomista italiano Gabriel Fallopio, com o objetivo inicial de evitar doenças venéreas. Os condons eram feitos com uma película de uma das membranas do ceco dos bois e carneiros, também chamada pele divina. Perto do final do século XIX, esse material foi substituído pela borracha. Isso significou, na prática, um grande recuo técnico, pois os preservativos eram mais espessos e se rasgavam freqüentemente. No século XX, a demanda dos condons aumentou consideravelmente, utilizados não somente como proteção contra doenças venéreas mas também como anticoncepcionais.

A pílula anticoncepcional — síntese de vários esteróides sexuais ativos, capazes de inibir a ovulação, por via oral — foi criada por Gregory Pincus, R. C. Garcia e John Rock Quee, no período de 1956 a 1958 e tem sido, desde então, um dos métodos anticoncepcionais bastante utilizados pelas mulheres.

As grandes religiões, de uma forma ou de outra, apresentam normas e recomendações que podem influenciar o comportamento reprodutivo dos casais e o padrão de fecundidade das populações. Dentre as grandes religiões atuais, destacaremos a posição da Igreja Católica por ser dominante no Brasil e por defender explicitamente uma versão doutrinária a respeito do assunto, assim como do uso de meios anticoncepcionais.

O pensamento de Santo Agostinho — que prevaleceu no meio católico até meados do século XX — encarava o sexo de modo negativo, supervalorizava a virgindade e a continência sexual, tolerava o sexo na medida em que possibilitava a procriação e aceitava o casamento apenas sob duas finalidades básicas: para possibilitar a procriação e a disciplina entre os sexos. De tal forma era valorizada a fecundidade do coito devidamente sacramentado, que a chamada continência periódica havia sido excluída como pecaminosa, aconselhando-se mesmo aos casados que se evitassem nos períodos infecundos.

"Ao ser publicada a *Casti Connubii*, o Ocidente já havia tomado conhecimento da possibilidade de evitar ou espaçar os nascimentos pelo recurso aos períodos agênicos da mulher, descobertos pelos médicos Ogino (Japão, 1924) e Knaus (Áustria, 1929). Pio XI, no entanto, ignorou este método em sua encíclica de 1930, dizendo apenas que, apesar de a finalidade primeira da união conjugal ser a geração de filhos, as relações sexuais dos esposos nos períodos de esterilidade eram legítimas... Os termos empregados por Pio XI, porém, eram tão obscuros

que alguns teólogos e comentaristas afirmaram não estar o papa se referindo aos períodos menstruais de esterilidade feminina, mas à menopausa. Por outro lado, não faltaram os que quiseram ler a ambígua frase da encíclica como uma aprovação discreta do método Ogino-Knaus. De todo modo, o certo é que Pio XI evitou tocar aberta e claramente na questão do recurso deliberado e sistemático aos períodos agênicos com o fito de evitar a gravidez. Entretanto, o método Ogino-Knaus ganhava adesões entre os católicos, dividindo os teólogos na discussão de sua liceidade moral. O método apareceu a muitos curas de almas como a tábua de salvação para os problemas pastorais que enfrentavam no trato com aquelas camadas de leigos católicos que aceitavam e empregavam o novo método" (Pierucci, 1977, p. 91).

Ainda em 1958, o papa Pio XII reafirmava o ponto de vista tradicional católico a respeito da idealização da família numerosa, declarando que esta é especialmente abençoada por Deus e particularmente amada pela Igreja, que a considera como seu tesouro mais precioso.

O concílio Vaticano II, a 7 de dezembro de 1965, promulgava a Constituição Pastoral sobre a Igreja no Mundo de Hoje, mais conhecida como *Gaudium et Spes*, dedicando todo um capítulo à promoção do matrimônio e da família — base e origem da sociedade. Nela, a procriação não é mais considerada como o fim primário do casamento, mas como decorrência do amor conjugal, cuja realização e amadurecimento são exigidos para o bem da prole. Além disso, conclamam-se os casais à paternidade responsável, ou seja, encara-se como dever não apenas a procriação mas também o suprimento das necessidades econômicas e educacionais dos filhos.

Com a publicação da *Humanae Vitae*, em 29 de julho de 1968, os católicos recebiam a palavra oficial da Santa Sé sobre a questão da natalidade: fora da abstinência total, o único método permitido de evitar ou espaçar os nascimentos era o método dos ritmos naturais. O aborto, mesmo por razões terapêuticas, era condenado, assim como a esterilização direta — tanto perpétua quanto temporária, no homem e na mulher — e os métodos anticoncepcionais existentes. Somente os métodos naturais seriam aceitos como recurso à limitação da natalidade.

De acordo com Pierucci, no entanto, uma coisa é a ideologia católica enquanto expressa nos discursos oficiais produzidos pela Santa Sé e outra é a ideologia clerical em nível local, enquanto expressão legitimadora do comportamento reprodutivo das diferentes classes e categorias sociais que integram a Igreja nas diversas regiões do País. Nas entrevistas que realizou com o clero local em diversos pontos do Brasil, o referido autor constatou que certos posicionamentos e reivindicações apresentados pela hierarquia não coincidem com os das massas católicas, ou seja, vai penetrando na prática pastoral do clero uma atitude tolerante que, muitas vezes, nos discursos não oficiais dos sacerdotes entrevistados, se expressa com acentos nitidamente neomalthusianos. Além do aborto e dos abortivos, muitos religio-

so não recomendam nenhum outro método anticoncepcional, como também não condenam nenhum.

O papa João Paulo II, entretanto, reitera que aqueles que se colocam em conflito aberto com a lei de Deus, autenticamente ensinada pela Igreja, guiam os cônjuges para um caminho errado. Segundo o Papa, como tem constantemente ensinado a tradição da Igreja, Deus não ordena o impossível. Cada ordem divina é acompanhada de uma dádiva da graça de Deus, que ajuda a liberdade humana a cumpri-la. No entanto, há necessidade de preces constantes, recurso freqüente aos sacramentos e exercícios de castidade conjugal. Afirma ainda que "o dom da vida que Deus Pai, nosso Criador, conferiu ao homem, exige que este último dê o devido valor ao presente que lhe foi ofertado, sentindo-se responsável por ele: este princípio fundamental deve constituir a base das reflexões ligadas ao problema moral acarretado pelas intervenções artificiais na vida e nos processos de criação" (Observações... 1987).

O controle da fecundidade, por conseguinte, parece ser uma realidade que independe do tempo, religião, cultura ou moral. O que varia, no caso, é o tipo de método anticoncepcional empregado pelos indivíduos ao longo dos anos e a intensidade dos efeitos que produzem no crescimento da população.

Vale chamar a atenção para o fato de que, dos estados brasileiros, Pernambuco foi um dos pioneiros na implantação de programas de planejamento familiar, inclusive firmando convênio com a Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil — BEMFAM, instituição civil de natureza privada, implantada no País em 1965, que possui objetivos declaradamente antinatalistas.

Esses programas visavam a oferta de serviços através dos postos e outras unidades de saúde disseminados pelo Estado. Convênios semelhantes também foram firmados por diversas prefeituras municipais com essa e com outras entidades repassadoras de recursos para tal finalidade.

Entretanto, mesmo sem entrar no mérito das

causas e efeitos de tais programas, fato é que estes, apesar de possuírem uma ótica aparente de preocupação com a saúde materno-infantil e com o planejamento familiar, não representam uma proposta educativa às usuárias neles engajadas, ou seja, não propiciam um aprendizado substantivo das alternativas anticoncepcionais eficientes, onde a opção por um determinado método anticoncepcional, para o indivíduo que o utiliza, represente uma escolha amadurecida e consciente com o conhecimento dos prós e contras dessa escolha.

Desse modo, entre a posição dogmática da Santa Sé, condenando todo e qualquer método anticoncepcional que não seja o da continência periódica, e a distribuição gratuita de pílulas anticoncepcionais à população de baixa renda, uma longa estrada se delinea: aquela em que a educação, antes de tudo, venha possibilitar aos indivíduos conscientizarem-se de que são os principais condutores no processo de planejamento de sua prole.

MÉTODOS ACONSELHADOS

Na presente pesquisa, julgou-se oportuno indagar ao professorado de Ciências e Ensino Religioso da rede estadual de Pernambuco quais os métodos anticoncepcionais que aconselharia, assim como o porquê do aconselhamento.

No inquérito realizado, foram utilizados os termos científicos no que diz respeito aos diversos métodos anticoncepcionais, uma vez que se tratava de uma amostra de professores que se encarregava da educação sexual dos alunos da 5.^a à 8.^a série do 1.^o Grau.

Observou-se que 37% do total da amostra aconselhariam, de uma forma geral, o uso da pílula anticoncepcional, seguindo-se a vasectomia, com uma incidência de 32% (v. Tabela 2). Esta última, todavia, é mais aconselhada pelos professores de Ciências, em geral, (38%), do que os de Ensino Religioso (24%).

TABELA 2

Métodos anticoncepcionais aconselhados pelos professores, segundo a disciplina lecionada, por sexo (em % de indicações)*

MÉTODOS	Homens			Mulheres			Ambos os sexos		
	Ciências	Ensino Religioso	Ambas	Ciências	Ensino Religioso	Ambas	Ciências	Ensino Religioso	Ambas
Pílula anticoncepcional	30	11	24	39	39	39	38	36	37
Vasectomia	25	11	21	42	26	35	38	24	32
Laqueadura	10	11	10	23	13	18	20	13	17
Método da temperatura basal	15	11	14	13	10	12	13	10	12
Coito interrompido	15	—	10	7	16	11	9	14	11
Ducha vaginal	5	11	7	10	10	10	9	10	9
Método Ogino-Knaus	10	11	10	13	3	9	13	4	9
DIU — Dispos. Intra-Uterino	5	—	3	10	9	9	9	8	8
Método de Billings	—	11	3	10	6	8	8	6	7
Diafragma	5	—	3	5	4	4	5	4	4
Espemicidas	—	—	—	4	7	5	3	6	4
Condom	5	—	3	—	3	1	1	3	2

* Respostas múltiplas.

O terceiro método anticoncepcional mais aconselhado pelos docentes de Ciências foi a laqueadura (20%), ao passo que, para os de Ensino Religioso, foi o coito interrompido (14%).

Dentre os métodos naturais — aqueles que partem do princípio do conhecimento do próprio corpo da mulher e do seu período fértil — as professoras, independentemente da disciplina lecionada, aconselharam o método da temperatura basal em 12% dos casos.

Os demais métodos naturais — os métodos de Ogino-Knaus e o de Billings — assim como o condom, o dispositivo intra-uterino, o diafragma, a ducha vaginal e os espermicidas, foram os que obtiveram a menor freqüência em termos de aconselhamento.

Apesar do contingente entrevistado ser em grande parcela representado por indivíduos do sexo feminino e, assim, exercer ponderável influência sobre os resultados observados a nível de todo o conjunto, pode-se distinguir alguns diferenciais por sexo com relação aos métodos aconselhados.

Destarte, é possível observar que o segmento feminino apresentou maior percentual de aconselhamento no que se refere à laqueadura, ao uso da pílula anticoncepcional e à vasectomia. O motivo mais enfatizado pelo professorado de ambos os sexos para o uso da pílula anticoncepcional e para a utilização da vasectomia foi o de que estes oferecem maior segurança na regulação da fecundidade, sem tirar a liberdade dos indivíduos. Eis alguns dos depoimentos mais significativos:

[Sobre a pílula:]

Embora prejudique um pouco o organismo feminino, é um método seguro e deixa a mulher mais tranqüila, já que não é inconveniente nem para o homem nem para a mulher porque não é necessário parar os carinhos para colocar isto ou aquilo. O DIU também é bom, mas sua eficácia é de 90% e o da pílula, 100%. (Professora de Ciências, 27 anos, casada)

É o mais seguro, podendo a mulher engravidar quando desejar. (Professora de Ciências, 26 anos, casada)

Pílula anticoncepcional não provoca tantos distúrbios no organismo como acontece com os outros métodos. (Professora de Ciências, 38 anos, casada)

A pílula anticoncepcional é um método mais seguro e eficiente, apesar de causar distúrbios nervosos em algumas mulheres. (Professora de Ensino Religioso, 41 anos, solteira)

Algumas professoras destacaram a própria experiência pessoal com a pílula, como a razão mais forte para aconselhá-la:

No meu caso a pílula foi o único que funcionou embora eu saiba que nenhum desses métodos são benéficos à saúde. (Professora de Ciências, 28 anos, casada)

A pílula, porque é o que mais tenho conhecimento. (Professora de Ensino Religioso, 31 anos, casada)

Alguns docentes afirmaram que aconselham esse método anticoncepcional para a mulher, por motivos que levam em conta a condição sócio-econômica da população e as facilidades de acesso ao mesmo:

A pílula anticoncepcional é a mais adequada e a de maior conhecimento pela população, principalmente a de baixa renda. (Professora de Ensino Religioso, 38 anos, solteira)

Devido a sua utilização no plano familiar atingível a todas as camadas, principalmente a mais carente da pirâmide social. (Professora de Ensino Religioso, 35 anos, casada)

Com relação à vasectomia destacam-se, dentre os discursos de mestres e mestras de Ensino Religioso, os seguintes:

É o mais indicado, deixando o casal mais à vontade. (52 anos, casada)

É seguro e não há perigo de gerar filhos indesejados. (38 anos, desquitada)

Inofensivo. (41 anos, solteira)

É o meio mais garantido e que não tem retorno. (27 anos, casado)

É importante que o homem também participe. (27 anos, solteira)

Há, ainda, as que recomendam métodos cirúrgicos em geral:

Laqueadura e vasectomia são os menos prejudiciais. (44 anos, casada)

Para a mulher que já procriou o melhor é o ligamento de trompas. (43 anos, casada)

É interessante notar que os discursos acima transcritos partiram de professores de Ensino Religioso, em outras palavras, tais docentes aconselharam um método anticoncepcional de caráter irreversível, como eles próprios afirmam "sem retorno", que é contrário a toda uma linha orientadora estabelecida pela Igreja Católica a respeito.

Outros depoimentos, de professores de Ciências, que enfatizam a vasectomia foram os seguintes: *Mais simples, eficiente e mais barato. Livra a mulher de tantos sofrimentos. (28 anos, casada)*

A mulher já sofre prá ter nenê, a menstruação que já atrapalha, as tarefas de casa etc. Daí o homem é quem mesmo deve se submeter à tal cirurgia. (34 anos, casada)

Os motivos alegados pelos professores para o uso dos métodos naturais na regulação da fecundidade (incluindo o coito interrompido) foram os de que são mais saudáveis e, conseqüentemente, menos prejudiciais à saúde da mulher, não-abortivos e naturais.

Porque utiliza os recursos da natureza humana, sem ser necessário cirurgia, drogas, violência etc. (Professor de Ciências, 41 anos, casado)

São meios que podem fazer um controle da natalidade sem ser contra os ensinamentos de Deus e que são necessários para o tipo de sociedade que somos; não sei se o método da tabela está incluído na relação acima com o nome científico, mas acho também muito indicado. (Professora de Ensino Religioso, 27 anos, solteira)

Não corre o risco de impedir a nova vida. (Professora de Ciências, 40 anos, casada)

Constatou-se, ainda, que o coito interrompido também foi citado como método natural alternativo para controlar o processo de fecundidade da mulher:

O coito interrompido não prejudicaria a saúde de ambos, já que o anticoncepcional prejudica os nervos. (Professora de Ensino Religioso, 24 anos, casada)

O coito interrompido é muito seguro quando o macho é capaz de perceber o momento exato da ejaculação. E não é do meu conhecimento que cause nenhum prejuízo orgânico. (Professor de Ciências, 44 anos, casado)

Vale observar, no depoimento acima, que a saúde dos indivíduos é visualizada unicamente do ponto de vista químico ou fisiológico, sem levar em consideração a saúde psíquica dos mesmos, isto é, tudo leva a crer que alguns professores dicotomizam a saúde em partes estanques, esquecendo que a saúde mental é parte fundamental desse contexto mais amplo.

Finalmente, cabe examinar as justificativas daqueles que são contrários à anticoncepção ou que

apresentam outras razões para não aconselhar os métodos anticoncepcionais:

Não aconselho nenhum método, porque nunca os usei. (Professora de Ensino Religioso, 41 anos, casada)

Não posso aconselhar nenhum porque não tenho conhecimento dos mesmos, sou solteira. (Professora de Ensino Religioso, 36 anos, solteira)

Nenhum método, porque acho que a finalidade do ato sexual é a geração de filhos. (Professora de Ensino Religioso, 47 anos, solteira)

MÉTODOS DESCONHECIDOS

Outra questão abordada referiu-se ao desconhecimento, por parte do professorado, com relação à lista de métodos anticoncepcionais selecionados no questionário da pesquisa (ver Tabela 3).

TABELA 3

Métodos anticoncepcionais desconhecidos pelos professores, segundo a disciplina lecionada, por sexo (em % de indicações)*

MÉTODOS	Homens			Mulheres			Ambos os sexos		
	Ciências	Ensino Religioso	Ambas	Ciências	Ensino Religioso	Ambas	Ciências	Ensino Religioso	Ambas
Condom	35	78	48	39	55	46	38	56	47
Diafragma	10	44	21	8	35	20	9	36	20
Ducha vaginal	15	11	14	2	19	10	5	18	10
DIU — Dispos. Intra-Uterino	5	11	7	1	19	9	2	18	9
Espermicidas	15	11	14	18	35	25	17	32	24
Pílula anticoncepcional	5	—	3	—	6	2	1	5	3
Laqueadura	45	44	45	27	52	39	31	52	40
Vasectomia	5	23	10	1	14	7	2	15	8
Coito Interrompido	5	11	7	2	13	7	3	13	7
Método Ogino-Knaus	60	56	59	62	64	63	62	71	62
Método de Billings	55	44	51	63	64	63	62	70	61
Método da temperatura basal	50	23	41	23	41	31	28	38	32
Não respondeu	15	23	17	7	20	13	9	20	14

* Respostas múltiplas.

O desconhecimento dos professores de Ensino Religioso no que diz respeito ao condom (78% dos casos) chamou muito a atenção. Dos docentes de Ciências, 35% também afirmaram desconhecer este método anticoncepcional.

Ainda no tocante ao condom, encontraram-se percentuais de 55%, entre as professoras de Ensino Religioso e 39%, entre as de Ciências, que afirmaram desconhecer-lo.

A laqueadura foi registrada como sendo desconhecida por 52% das mestras de Ensino Religioso, 27% das de Ciências e 45% do professorado masculino das duas disciplinas.

No entanto, com a exceção do condom, foram os métodos naturais — os de Ogino-Knaus, Billings

(muco cervical) e o da temperatura basal — aqueles relativamente mais desconhecidos, principalmente pelos professores de Ensino Religioso. Verificou-se que 70% do professorado que lecionava esta disciplina afirmou desconhecer o método de Billings; 71%, o método de Ogino-Knaus; e 38% o método da temperatura basal. Entre os professores de Ciências, encontrou-se o desconhecimento de 62% para o método de Ogino-Knaus, 62% para o método de Billings e 28% para o método da temperatura basal.

É possível que tal desconhecimento deva-se, em parte, ao uso da nomenclatura científica dos métodos anticoncepcionais. Não obstante, cabe salientar que esse procedimento foi adotado na pesquisa por se tratar de uma amostra de professores que se

encarregam da educação sexual de adolescentes. Supõe-se que, se os mesmos ensinam algum método anticoncepcional aos seus alunos, deveriam saber, pelo menos, o nome científico do método, ainda que este fosse mais conhecido através de alguma nomenclatura popular. É bem mais provável que o professorado pura e simplesmente ignore os métodos acima citados, por não ter sido devidamente treinado a respeito para repassar o conhecimento ao alunado.

De uma maneira geral, pôde-se constatar que o desconhecimento é maior entre os homens do que entre as mulheres, e no professorado de Ensino Religioso mais do que no de Ciências.

RELIGIOSIDADE E ANTICONCEPÇÃO

Entre outros aspectos da pesquisa, tentou-se verificar se o grau de assiduidade ao culto religioso — no caso, a freqüência à missa, já que 80% da amostra se declarou católica — influía de alguma forma no aconselhamento dos métodos anticoncepcionais.

Curiosamente, a maior incidência em termos de aconselhamento, mesmo para os professores com alta freqüência à missa, foi com relação à pílula anticoncepcional e, em seguida, à vasectomia. Os professores de Ensino Religioso, inclusive aqueles que freqüentavam a missa diária, semanal ou mensalmente, não aconselhavam os métodos naturais para o controle da fecundidade.

Somente um pequeno percentual de docentes de Ensino Religioso, com alta assiduidade à missa, aconselhava primeiramente o coito interrompido, seguindo-se a ducha vaginal e o método da temperatura basal.

A pílula, a vasectomia e a laqueadura foram os métodos mais aconselhados pelo professorado de Ciências, mesmo o de alta freqüência à missa. Observou-se que esta incidência aumentava à medida que a assiduidade ao culto religioso tendia a ser eventual.

Cumpre notar que os métodos naturais, muito pouco enfatizados pelos docentes de Ensino Religioso, obtiveram um índice um pouco mais significativo a nível dos professores de Ciências que declararam freqüentar assiduamente o culto religioso. E por que os professores de Ensino Religioso, praticantes, aconselhavam bem menos os métodos naturais? Seria devido ao desconhecimento da nomenclatura científica? Seria por não conhecerem, em

verdade, tais métodos? Seria por considerá-los pouco eficientes?

Se Pierucci constatou, em sua pesquisa, que, apesar da Santa Sé pressionar o comportamento reprodutivo das massas caóticas em uma determinada direção e, na prática pastoral, os religiosos nos níveis inferiores do clero "fecharem os olhos" quanto à liberdade de escolha dos métodos, no presente trabalho verifica-se também que os professores de Ensino Religioso (assim como os de Ciências) aconselhavam a utilização de métodos que não são, de forma alguma, aceitos pela Igreja Católica: a pílula, a vasectomia e a laqueadura. E ainda mais: os docentes de Ensino Religioso pouco recomendavam a adoção dos métodos naturais, os únicos aceitos pela Santa Sé.

Isso vale como reflexão ao se tentar fazer um paralelo entre o grau de assiduidade ao culto religioso e o aconselhamento dos métodos anticoncepcionais. Sem sombra de dúvida, a ideologia da hierarquia católica não pareceu ter influenciado a escolha e o aconselhamento dos métodos que os seus fiéis — no caso, principalmente os professores de Ensino Religioso — tomam muitas vezes para si próprios e propagam aos seus alunos. De fato, apesar das sanções e anátemas, os métodos artificiais são os mais recomendados por todos.

Comprovou-se, além disso, grande desconhecimento dos docentes face aos métodos naturais — Ogino-Knaus, Billings e temperatura basal — além da laqueadura, condom, espermicidas e diafragma.

Outro aspecto que parece relevante foi uma distinção por sexo encontrada no que se refere ao aconselhamento dos métodos. Verificou-se que a pílula, a vasectomia e a laqueadura foram os métodos mais recomendados pelas professoras. Isto leva a supor que o fato de os métodos artificiais terem sido mais recomendados por pessoas do sexo feminino estaria refletindo o ônus que a anticoncepção representa para a mulher, inclusive no que diz respeito à sua maior eficácia em relação aos métodos naturais.

A guisa de conclusão, pode-se inferir que, se as autoridades encarregadas do ensino no Estado de Pernambuco não tomarem medidas cabíveis no tocante à área de Educação Sexual, os alunos, fatalmente, continuarão a ser educados sexualmente pela rua, *lato sensu*, já que as famílias não o fazem (Vainsencher, 1985, p. 45) e os professores não parecem possuir as condições necessárias para fazê-lo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, N. N. F. & NUNES, M. V. *Atitudes de pais e professores em relação à educação sexual, na escola de 1.º Grau*. João Pessoa, UFPb, 1979.
- ANTICONCEPÇÃO. In: ENCICLOPÉDIA Mirador Internacional. São Paulo, Encyclopedia Britannica do Brasil, 1977. v. 3, p. 622.
- BARROSO, C. & BRUSCHINI, C. *Educação sexual: debate aberto*. Petrópolis, Vozes, 1982.
- BERQUÓ, E. S. et al. *A fecundidade em São Paulo: caracte-*

- ísticas demográficas, biológicas e sócio-econômicas*. São Paulo, CEBRAP, 1977.
- CAMARANO, A. A. (coord.). *Dinâmica demográfica e crescimento da força de trabalho no Brasil: 1980/2000*. Recife, FUNDAJ/Ed. Massangana, 1986.
- FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS & UNICEF. *Gravidez na adolescência*. Brasília, IPLAN/IPEA, 1986.
- GOLDBERG, M. A. A. *Educação sexual: uma proposta, um desafio*. São Paulo, Aruanda, 1984.

- LEJEUNE, C. *L'éducation sexuelle em milieu scolaire*. Bruxelles, Castelman, 1980.
- MADURO, O. *Religião e luta de classes*. Petrópolis, Vozes, 1986.
- MEDEIROS, M. F. Reflexões sobre o processo de desenvolvimento e os programas de formação de professores. *Educação*. Brasília, (29): 56-64, jan./mar. 1979.
- MOURA, H. A. *Notas sobre a controvérsia do planejamento familiar no Nordeste*. Recife, 1987. mimeo.
- MOURA, H. A. & SANTOS, T. F. *Dinâmica demográfica recente dos estados e microrregiões do Nordeste, 1960/1980*. Recife, Grumete, 1986.
- MURARO, R. M. *Sexualidade da mulher brasileira*. Petrópolis, Vozes, 1983.
- OBSERVAÇÕES selecionadas do Papa João Paulo II. *Diário de Pernambuco*. Recife, 27 set. 1987. p. A-34.
- PIERUCCI, A. F. O. *Igreja Católica e reprodução humana no Brasil*. São Paulo, 1977. Dissert. (Mestr.). PUC-SP.
- SUPLICY, M. *Condição da mulher*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- . *Conversando sobre sexo*. Rio de Janeiro, 1983.
- VAINSENER, S. A. *O aluno entende de sexo?* Recife, FUNDAJ/CNPq, 1985. mimeo.
- . *Educação sexual: e o professor?* Recife, FUNDAJ/CNPq, 1987. mimeo.
- WEREBE, M. J. G. *A educação sexual na escola*. São Paulo, Moraes, 1977.
- . Estudos sobre a sexualidade do adolescente: análise crítica. *Ciência e Cultura*. São Paulo, 31(4): 373-81, 1978.
- . Implantação da educação sexual no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, (26): 21-4, set. 1978.
-